

Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul

A Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul (SEPLAN/RS) está dando publicidade aos aspectos gerais do orçamento público estadual de 2016. A intenção é dar total transparência aos atos governamentais, no que tange às finanças públicas. A proposta orçamentária é um instrumento que afeta a vida de todos os cidadãos gaúchos, direta ou indiretamente. É a que define a aplicação dos recursos arrecadados para atender às necessidades da população nas áreas da saúde, da educação, da segurança, da infraestrutura e dos demais setores de atuação do Estado.

Para que o Estado possa executar seus projetos, os tributos pagos pela população e pelas empresas gaúchas são apropriados na manutenção das escolas; no pagamento dos professores e dos policiais; na construção e conservação de rodovias; na compra de remédios, entre outros gastos. Em suma, o orçamento público, mais do que definir a dotação dos gastos, aponta “o que”, “onde” e “em que quantidade” a sociedade receberá o resultado em bens e serviços.

Quando um cidadão paga um tributo os valores serão utilizados para cobrir despesas dotadas nos programas dos diversos Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual. Os recursos destinados à Consulta Popular também provém desta mesma origem e são discriminados na proposta orçamentária para as regiões poderem visualizar suas demandas escolhidas.

Por ocasião da entrega de sua primeira Mensagem à Assembleia Gaúcha, na abertura dos trabalhos legislativos de 2015, o governo recém empossado, explanou o quadro geral das finanças públicas, com graves problemas estruturais e com enorme fragilidade fiscal. As receitas arrecadadas são insuficientes para fazer frente às despesas fixas. Por isso, há insuficiência de recursos financeiros, que afeta tanto as dotações destinadas para investimento e pagamento dos fornecedores, quanto o pagamento dos salários do funcionalismo. Para 2016, o quadro não será diferente.

Se, por um lado, o resultado obtido nos últimos 10 anos sobre a gestão das receitas, pode ser considerado satisfatório (em média, crescimento de 10,4% ao ano); por outro, as despesas avançaram mais do que a arrecadação, resultando em déficits fiscais consistentes. O constante desequilíbrio orçamentário mostra a dura realidade enfrentada pelo governante, há mais de quatro décadas. De 1971 até 2014 (44 anos), somente em 7 anos as contas tiveram resultados positivas.

Um dos fatores que mais afetam a gestão orçamentária é a sua demasiada rigidez, ou seja, o volume de despesas obrigatórias frente ao orçamento total. O grupo de pessoal atualmente corresponde a cerca de 3/4 da receita corrente líquida (RCL) do Estado. Além do alto dispêndio em pessoal, um dos maiores entraves da administração pública estadual é a questão previdenciária. Ao longo do tempo, o Estado não se preparou para suportar os encargos de seus inativos e pensionistas. Ao final de 2014, alcançou o quantitativo de 200 mil matrículas, consumindo 37% de toda a RCL. Para 2016, a previsão é de um déficit previdenciário de quase R\$ 8 bilhões. Outro fator

importante de engessamento fiscal é o elevado comprometimento com os pagamentos da dívida com a União, que despende 13% da Receita Líquida Real, em torno de R\$ 3,5 bilhões, em 2016. Esse valor transferido onera demasiadamente o caixa do tesouro, em detrimento de maiores repasses para as áreas sociais e infraestrutura.

Ao final de 2014, o Estado devia R\$ 47,2 bilhões para a União, referente à dívida contratual total. Quanto ao índice de atualização do estoque dessa dívida, como parte de uma solução de longo prazo, no final de 2014, foi sancionado o Projeto de Lei Complementar nº 238/2013, que alterou o indexador da dívida, a contar de 01/01/2013, pelo IPCA mais 4% ao ano ou pela Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IPG-DI mais 6% ao ano. Em tese, a lei quando regulamentada nascerá com a perspectiva de equacionar o problema do estoque da dívida.

O orçamento de 2015 apresenta um déficit implícito de R\$ 5,4 bilhões. Para o atual governo, que assumiu o mandato sem reservas financeiras para pagar as obrigações mais emergentes, não restam alternativas senão: (i) o contingenciamento e racionalização de gastos; (ii) a utilização de modernas ferramentas de arrecadação; (iii) a incansável busca por compensações financeiras junto à União, devido a perdas tributárias; (iv) a criação de um novo pacto federativo, visto que a maioria da arrecadação tributária está concentrada na esfera federal; e (v) a abertura de margem para novas contratações de operações de crédito internas e externas para investimento em infraestrutura.

O problema das contas estaduais é estrutural e de difícil solução no curto e no médio prazo. Embora a falta de recursos para fazer frente às demandas necessárias das áreas sociais e de infraestrutura, torna-se imperativo buscar formas para que o governo seja o indutor do desenvolvimento e do crescimento econômico deste Estado, sem as quais não é possível imaginar a quantidade de receitas necessárias para as melhorias nos instrumentos de políticas públicas. Por fim, mesmo num cenário de grave crise econômica (inflação e taxa de juros, em alta; crédito e emprego, em baixa), com previsão de PIB negativo, é compromisso do atual governo manter as aplicações na áreas prioritárias, garantindo o atendimento das demandas e a qualificação do atendimento nos serviços públicos ofertados à população.